

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E RAPARIGA

Episódios que evidenciam desigualdades

n DELFINA MUGABE

M. MATUSSE, de 25 anos de idade, nunca conheceu o pai. A sua mãe foi raptada na altura da guerra dos 16 anos, e conduzida para uma base da Renamo, algures no distrito de Magude, província de Maputo. Conseguiu fugir já grávida de dois meses, resultado de uma relação sexual forçada. Ela veio a nascer em casa dos avós maternos.



Um dos locais onde a rapariga sofre abusos sexuais é a escola

Quando tinha dois anos, a mãe deixou-a ao cuidado da avó e rumou para a África do Sul, na companhia de um homem. Relata episódios de violência doméstica que sofreu durante a sua juventude. Um tio, irmão da mãe, batia-lhe por tudo e por nada. Agora vive na cidade de Maputo, onde estuda e trabalha.

Uma outra jovem que procura o

pai tem 16 anos. Mãe de uma filha, também menor, vive na cidade da Beira. A violência doméstica é "o pão de cada dia". Uma estação televisiva nacional mostrou esta semana o episódio de uma jovem que tenta encontrar o seu progenitor, algures no distrito de Chibuto. Não conhece ninguém da família paterna. Apenas pede ajuda. "Pelo menos se eu fosse a Inhambane onde está a mãe". A sua imagem, com hema-

tomas, como resultado da violência perpetrada pelo cunhado, invadiu os nossos ecrãs esta semana. "Todos batem-me. O meu marido, também, quando quer, me bate".

Para além de casos de agressão física, há episódios de arrepiar que diariamente são relatados pela comunicação social no nosso país. Nos últimos meses, fala-se com alguma frequência da violação e abuso sexual de mulheres e raparigas.

Há dias, um grupo de marginais composto por cinco homens violou e assassinou uma jovem no bairro de Xipamanine. Outros delinquentes, em número de quatro, incluindo no grupo um tio paterno, violaram e assassinaram uma outra jovem no bairro Guava, em Marracuene, província de Maputo, quando re-

gressava da escola, à noite.

Estes são alguns actos de violência contra a mulher e crianças, que ocorrem no nosso país, perpetrados de várias formas, nomeadamente sexual, física, moral, psicológica, espiritual, social e económica. O sistema legal moçambicano proíbe todas as formas de violência, in-

cluindo o assédio.

Dados oficiais indicam que o abuso sexual no nosso país é particularmente generalizado e recorrente. Setenta por cento de raparigas estudantes sabem de casos de professores que têm relações sexuais com alunas em troca de notas, segundo um estudo do Ministério da Educação efectuado em 2008.

A representante da ONU-Mulheres, uma organização das Nações Unidas, em Moçambique, Florence Raes, falando em entrevista ao nosso Jornal, revelou que sem combater a violência o país não vai alcançar o crescimento económico, porque os custos do tratamento das vítimas são altos, para além de que a mulher nestas condições é privada de dar a sua contribuição.

A ONU-Mulheres estabeleceu-se em Moçambique há 20 anos, tendo como prioridades a questão da violência contra mulheres e raparigas, no sentido de prevenir, ajudar as vítimas, o Governo e a sociedade civil a dar uma resposta à problemática.

A acção é estritamente ligada também ao combate à feminização do VIH e SIDA, uma vez que os casos de violação sexual resultam, muitas vezes, em contaminação pelo Vírus de Imunodeficiência Humana.

"Trabalhamos também no empoderamento económico das mulheres, ajudando-as a serem mais empreendedoras e a terem acesso ao crédito, a participar de forma activa no processo de desenvolvi-



Florence Raes, representante da ONU-Mulheres em Moçambique

mento porque, em todos os estudos e levantamentos que temos feito, verificamos que uma das barreiras que elas enfrentam é o acesso ao mercado de trabalho, justamente por serem vítimas de violência, quer seja em casa, quer no espaço público", disse a representante da ONU-Mulheres, numa entrevista ao nosso Jornal, sobre a contribuição da organização que dirige em Moçambique, nos esforços de combate à violência do género.

Segundo ela, a insegurança física das mulheres e raparigas faz com que elas tenham menos acesso à educação, ao mercado de trabalho e à machamba. Para a ONU-Mulheres, esta exclusão feminina, motivada pela violência doméstica e mesmo no espaço

público, não é só uma questão de direitos humanos, como é também de crescimento económico porque sem combater a violência contra as mulheres e raparigas o país não alcançará o seu potencial máximo de desenvolvimento. "Em vários países, temos dados e estudos que indicam que se perde entre 2 e 5 por cento do PIB como resultado da violência contra as mulheres e raparigas porque esta tem um custo alto em termos de sistema de saúde, policiamento, etc.", disse, indicando como campos de acção escolhidos pela sua organização o empoderamento económico das mulheres, a sua plena participação e contributo no crescimento económico do país e o combate à violência contra mulheres e raparigas.

FALTA DE RECURSOS

O nó de estrangulamento

MOÇAMBIQUE tem uma legislação que condena a violência doméstica e uma política pública que oferece às vítimas o atendimento necessário. Porém, existe um grande nó de estrangulamento que, segundo a representante da ONU-Mulheres, muitas vezes, tem a ver com a falta de recursos e capacidade técnica para implementar devidamente essa política pública. Por isso, são necessários muito mais recursos para se implantar em todas as províncias e distritos centros de atendimento integrado que incluem a Polícia e os serviços de saúde e jurídicos, para se levar os casos de violência aos tribunais.

Embora as estatísticas indiquem que nos últimos anos têm aumentado, consideravelmente, os casos de denúncia de violência nos centros de atendimento e nas esquadras, o silêncio continua a interferir nos esforços de combate a este mal. É neste sentido que a ONU-Mulheres, nos últimos anos, definiu também como prioridade a exposição da violência do género na Comunicação Social, através de parcerias com vários artistas. "Temos organizado em Tete e Maputo concertos para jovens. Já organizámos eventos no bairro Ferroviário, nos mercados do Zimpeto e do Peixe, em Maputo e em Tete", disse, acrescentando que mesmo que não se trate de uma zona perigosa, o simples facto de não existirem sanitários separa-

dos para homens e mulheres é um elemento que coloca a mulher numa situação de vulnerabilidade à violação sexual.

Um dos locais mais vulneráveis para o abuso sexual da rapariga é a escola. Como referimos, 70 por cento de raparigas estudantes conhecem casos de professores que têm relações sexuais com as suas alunas em troca de notas para passarem de classe. Tendo em conta estes dados, a organização, segundo Florence Raes, fez um trabalho nas escolas, onde os alunos (rapazes e raparigas) e professores indicavam os principais problemas a combater: "Temos dados que indicam um número elevado de abusos sexuais nas escolas, perpetrados por professores e alunos. O fenómeno de troca de notas por sexo, infelizmente, ainda é alto. Em todas as escolas onde trabalhamos, na cidade de Maputo, os dados mostram que uma em cada duas raparigas conhece alguém que já teve de trocar sexo por notas. Obviamente, é um número que nos alerta", disse, acrescentando que, perante este cenário, é necessário um posicionamento muito forte das autoridades, da escola, do ministério. "Felizmente, estamos a trabalhar com eles para tornar a escola num espaço mais seguro, pois, caso contrário, teremos em Moçambique uma taxa feminina muito baixa de gente escolarizada", sublinhou.



O tamanho do vestido não pode ser argumento para a violação sexual

Capacitar os agentes da Polícia

A VIOLÊNCIA doméstica e o abuso sexual são dois pontos delicados que colocam a vítima numa situação de fragilidade e constrangimento, sobretudo quando ela se dirige aos locais de atendimento, como esquadras da Polícia, e não encontra o apoio necessário e adequado. Neste contexto, Florence Raes coloca mais ênfase no trabalho de preparação e sensibilização de líderes comunitários e da Polícia, sobre o atendimento às vítimas de violência e para que tenham um papel proeminente na denúncia destes crimes cometidos, algumas vezes, à luz do dia.

Segundo ela, é igualmente necessário capacitar melhor os agentes da Lei e Ordem afectos nas esquadras e gabinetes de atendimento às mulheres vítimas de violência para estes saberem como lidar com estes casos que são altamente delicados. "O que verificamos é que têm sido criadas situações de constrangimento às vítimas, pois já constitui um grande esforço dirigirem-se à esquadra, fazerem a denúncia e, quando chegam lá, nem sempre são atendidas com a devida atenção", lamentou, acrescentando que vezes há em que as autoridades policiais questionam a credibilidade da denúncia, insinuando que a vítima tenha provocado o agressor, procurando saber se não trajava um vestido

curto ou o que estaria a fazer à noite na estrada, ou ainda porque provocou o marido, etc. "É importante entender que não existe nenhuma justificação para a violência", explicou.

O tamanho do vestido não pode ser argumento para a violação sexual, porque em países como o Afeganistão, no tempo dos talibãs, todas as mulheres usavam burcas (vestidos compridos), mas os números de estupro e índices de violência eram mais elevados que em países europeus e latino-americanos, onde as mulheres têm maior liberdade de usar roupa de comprimento e tamanho que bem entendem.

Dados mais recentes, segundo Florence Raes, indicam que no nosso país uma em cada três mulheres já foi vítima de violência. Porém, tal não espelha, segundo ela, aquilo que é a realidade, pois estes dados referem-se aos registos da Polícia, dos centros de atendimento e dos serviços de saúde. Mas, sabendo-se que poucos casos são denunciados às autoridades policiais, por conta de barreiras e de tabus, a situação real da violência deve ser muito mais do que se imagina. Daí a necessidade de juntar esforços para a erradicação destes factos, ainda que o maior desafio neste sentido seja a mudança de mentalidade.

Abuso sexual inquieta

FLORENCE Raes mostrou-se preocupada com o número crescente de casos de violação sexual no espaço público no nosso país. "Infelizmente, assistimos ao caso que aconteceu recentemente no Xipamanine, cidade de Maputo, onde uma mulher foi estuprada por três ou quatro homens, seguido de assassinato. Na semana anterior a essa, soubemos que outros quatro homens violaram, colectivamente, uma rapariga, ao que se seguiu a sua morte, também em Maputo. Na mesma semana, havíamos tomado conhecimento, através dos "media", do caso em que um namorado abusara sexualmente da sua parceira e depois a matou", lamentou a representante da ONU-Mulheres.

Estes relatos de violência gratuita contra a mulher e rapariga deixam indignada a organização que dirige em Moçambique, pelo facto de quase um dia sim, um dia

não, serem relatados episódios da mesma natureza. "Se isso acontece na cidade de Maputo, o que estará a ocorrer fora da capital? Isso é preocupante."

Segundo ela, foi lançado recentemente um programa com o Conselho Municipal da Cidade de Maputo, financiado pela Cooperação Espanhola, designado "Cidades Seguras". Trata-se de uma iniciativa global, pois a ONU-Mulheres trabalha em várias cidades do mundo com um grau muito elevado de violência, como o Rio de Janeiro (Brasil), Cidade de Cabo (África do Sul), Londres (Inglaterra), com o objectivo de tornar a urbe num espaço público mais seguro. Nesse contexto, em Moçambique está a ser realizado, actualmente, um estudo em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane, para a identificação exacta das prioridades para as mulheres e raparigas se sentirem

séguas nos espaços públicos.

Segundo Florence Raes, geralmente, pensamos em mais policiamento nos bairros ou melhor atendimento das vítimas de violência nas esquadras da Polícia, entre outras acções. Mas, às vezes, a solução pode estar nos investimentos em infra-estruturas, iluminação pública, transportes públicos seguros, entre outros, que poderiam fazer a diferença no combate à violência no espaço público.

Em Maputo, explicou, pretende-se apurar por que a violência contra a mulher e rapariga acontece, como ocorre, onde, qual é o horário mais propício, tendo em conta que muitos desses casos têm lugar à noite nos bairros que carecem de infra-estruturas sanitárias, iluminação pública, etc., o que concorre para que as raparigas deixem de ir à escola, perpetuando a sua vulnerabilidade à pobreza.

País sem dados sobre a situação real

ALGUNS casos de violência física e de abuso sexual da rapariga e de mulheres acontecem na esfera doméstica, onde se pressupõe que elas tivessem mais segurança. Infelizmente, não se conhece a situação real destes factos. Moçambique carece de dados sobre essa realidade e de análises mais precisas para se entender o fenómeno da violência doméstica, quais são as causas, para a partir daí ter-se uma resposta adequada. Florence Raes sugere que um primeiro passo para este facto é inclui-los nos inquéritos que permitam relatar casos de violência. O segundo aspecto seria a mobilização de recursos para se fazer um inquérito qualitativo e quantitativo sobre a prevalência da violência. "Muitos países que têm esses dados podem buscar respostas mais adequadas", afirmou.

A nível global, estima-se que duas em cada três mulheres assassinadas na sequência da violência são vítimas de familiares, namorados ou pessoas próximas. "Sem querer dizer que na rua não haja insegurança, infelizmente, o maior perigo está em casa, sendo os próprios membros da família responsáveis por essa situação", lamentou Florence Raes, elogiando o facto de existir no país um plano nacional de combate à violência doméstica. Isto quer dizer que há o reconhecimento de que é uma situação grave que precisa de uma resposta urgente, sendo a política pública um passo salutar. "O que agora é necessário, como já disse, são mais recursos para mitigar a situação. Havendo recurso, a primeira resposta ou acção seria informar às raparigas, mulheres, escolas, aos líderes comunitários, religiosos, curandeiros e a todas as autoridades tradicionais ao nível dos bairros sobre a pertinência de quebrar o silêncio e denunciar os violadores", acrescentou.

Segundo ela, é preciso deixar de esconder a violação dos direitos



Uma em cada três mulheres já foi vítima de violência

da mulher e da rapariga que se passa em casa. "A ideia de que não se pode falar da violência doméstica e do abuso sexual, em nome da honra da família deve ser desconstruída, porque as raparigas e as mulheres devem ter na comunidade uma base de apoio e de segurança". Ela acredita que se existir este suporte na comunidade as ameaças de retaliação provenientes do agressor não terão impacto, porque a vítima vai denunciar qualquer situação por que terá passado.